



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**PARECER FINAL DO CONTROLE INTERNO
DISPENSA DE LICITAÇÃO
CONTRATO Nº 004/2026/SECDH/PMA**

Em atendimento à determinação contida no §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014, este Controle Interno DECLARA, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e demais interessados, que analisou integralmente os autos do **Processo Administrativo 1Doc nº 15.984/2025– SECDEH/PMA**, referente contratação de serviços especializados de diagramação editorial, para elaboração, formatação e finalização de materiais institucionais da SECDH (relatórios, cartilhas, manuais, informativos, peças gráficas para divulgação e versões digitais), por meio **de Dispensa simplificada**, nos termos do artigo 75, inc. II alínea a, da Lei nº 14.133/2021, decreto federal nº 11.462/2025 e do decreto municipal nº 1.816/2024, oriundo da SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS, inscrita no CNPJ nº 59.844.439/0001-43 com a empresa BRENDA MENDES LOBATO, inscrita no CNPJ nº 60.341.777/0001-41 com seu titular representado pela Sra. Brenda Mendes Lobato, portador do RG nº 7559685. O contrato nº 004/2026 – SECDH/PMA com valor total de R\$ 61.920,00 com entrega única.

(X) Revestido das formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade.

Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que a **Dispensa de Licitação** supramencionada encontra-se revestida das formalidades legais, podendo a Administração Pública dar sequência à contratação da empresa e, por fim, DECLARA estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual.

Desta forma ante o exposto, se abstendo, obviamente, da apreciação dos aspectos inerentes à conveniência e oportunidade, ato exclusivo da administração, submetemos o presente à consideração e ou deliberação superior do Ordenador de Despesa .

Ananindeua/PA, 29 de janeiro de 2026.